

NOVAS GUERRAS E GUERRA DE QUARTA GERAÇÃO: *uma crítica aos novos conceitos de guerra*

NEW WARS AND FOURTH GENERATION WARFARE: a critique of new concepts of war

NUEVAS GUERRAS Y GUERRAS DE CUARTA GENERACIÓN: una crítica a los nuevos conceptos de guerra

Anderson Duarte Barboza*

Talita Jéssica do Nascimento de Araújo**

RESUMO

O artigo analisa os “novos conceitos de guerra” e sua recepção no Brasil. Por meio de uma abordagem quali-quantitativa, na qual se faz do uso de pesquisa bibliográfica e de consulta ao banco de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM) da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), identificam-se os usos de alguns desses conceitos, especificamente o de “novas guerras”, e “guerra de quarta geração/4GW”, bem como dos seus autores, Mary Kaldor e William S. Lind. Neste ponto, a pesquisa apresenta um caráter descritivo. Ao final, apresentam-se as críticas aos conceitos, a partir de textos concernentes à realidade brasileira.

Palavras-chave: guerra; militares; novas guerras; guerra de quarta geração; Brasil.

ABSTRACT

The article analyzes the “new concepts of war” and their reception in Brazil. Through a qualitative and quantitative approach, which uses bibliographical research and consultation of the database of dissertations and theses of the Postgraduate Program in Military Sciences (PPGCM) of the Army Command and Staff School (ECEME), the uses of some of these concepts are identified, specifically that of “new wars”, and “fourth generation war/4GW”, as well as their authors, Mary Kaldor and William S. Lind. At this point, the research has a descriptive character. At the end, criticisms of the concepts are presented, based on texts concerning the Brazilian reality.

Keywords: war; military; new wars; fourth generation warfare; Brazil.

* Doutor e mestre em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (PPGEB/UFC). Especialista em Gestão Pública (Universidade Estadual do Ceará - UECE) e em Gestão de Segurança Pública pela Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp/CE). Bacharel em Segurança Pública (Academia de Polícia Militar General Edgard Facó - APMGEF) e em Geografia (Universidade Estadual do Ceará - UECE).

** Mestre em Economia e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (PPGE&D/UFSM). Bacharel em Economia e licenciada em Matemática, ambos pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

RESUMEN

El artículo analiza los “nuevos conceptos de guerra” y su recepción en Brasil. A través de un enfoque cualitativo y cuantitativo, que utiliza la investigación bibliográfica y la consulta de la base de datos de disertaciones y tesis del Programa de Posgrado en Ciencias Militares (PPGCM) de la Escuela de Comando y Estado Mayor del Ejército (ECEME), se analizan los usos de algunos de estos conceptos. identificado, específicamente el de “nuevas guerras” y “guerra de cuarta generación/4GW”, así como sus autores, Mary Kaldor y William S. Lind. En este punto la investigación tiene un carácter descriptivo. Al final, se presentan críticas a los conceptos, basadas en textos relacionados con la realidad brasileña.

Palabras clave: guerra. militar; nuevas guerras; guerra de cuarta generación; Brasil.

1 INTRODUÇÃO

O final da década de 1980 e início dos anos de 1990 viram a dissolução da ordem mundial estabelecida. O desenlace da Guerra Fria (1939-1945) encerrou o embate histórico no qual capitalismo e socialismo se opunham no plano geopolítico, por meio de suas principais potências – Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – as quais, de certa forma, dividiam o mundo conforme o seu espectro de influência. Pode-se dizer, então, que com a queda do Muro de Berlim (1989) e a dissolução da URSS (1991), o mundo deixou de ser bipolar para, em algumas perspectivas, se tornar multipolar e, por outras, unipolar, com a hegemonia dos EUA (Alsina Júnior, 2018). Aproximadamente no mesmo período, no Brasil, acabava o regime militar (1964-1985) e iniciava-se a chamada redemocratização, culminando com a promulgação da Constituição Federal, no ano de 1988.

Os fatos ocorridos no Brasil possuem ligação direta com o contexto internacional, já citado. Com a mudança de paradigma, teorias e interpretações do mundo tiveram que ser, rapidamente, reformuladas. Na seara militar, esse processo é facilmente observável. O enfraquecimento da imagem da ameaça comunista – continuamente evocada e utilizada para justificar medidas de exceção em nome da segurança – causa uma “crise de identidade”¹ entre militares e intelectuais da guerra, sem alvo preciso para direcionar os recursos da defesa nacional. Essa crise, então, é o solo fértil para que prosperem, especialmente por adoção de ideias internacionais, novos conceitos, classificações e teorias sobre a guerra moderna, na tentativa de compreender as supostas novas facetas dos conflitos contemporâneos. Veremos, adiante no trabalho, que as empreitadas depreendidas com essa perspectiva encontram reverses metodológicos e conceituais. Ademais, há outros efeitos nocivos, especialmente ao Brasil, alguns dos quais serão abordados aqui.

1 Expressão utilizada no mesmo sentido que Fuccille emprega (1999).

Este trabalho buscou descrever e analisar criticamente algumas dessas teorias e ideias que passaram a permear o arcabouço conceitual de militares e estudiosos da guerra no Brasil, a partir da década de 1980. Para isso, foi utilizada uma abordagem qualiquantitativa, que envolveu a pesquisa bibliográfica, buscando identificar usos dessas teorias para fins de justificação e/ou proposição de redirecionamento das forças militares. Além disso, fez-se uma busca no banco virtual de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM) da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), com o fim de verificar a presença desses autores e seus conceitos entre os militares, apresentando-se uma representação numérica dessa presença. A escolha justificase por ser a ECEME a responsável “por preparar oficiais superiores para o exercício de funções de Estado-Maior, Comando, Chefia, Direção e de Assessoramento aos mais elevados escalões” do Exército Brasileiro que, por sua vez, é a maior das forças armadas brasileiras (Brasil, 2019). Nesta análise, de caráter quantitativo e descritivo, não foram verificadas as posições dos autores das monografias em relação aos conceitos e teóricos citados. Ao final do trabalho, identificam-se também as críticas aos conceitos, presentes inclusive entre os próprios escritos militares.

Além desta seção introdutória, este trabalho está dividido em outras quatro partes. A segunda seção descreve, sucintamente, o quadro de emergência de novos conceitos de guerra. Em seguida, há a contextualização do uso desses termos para o caso brasileiro. Na quarta seção, expõem-se as principais críticas direcionadas aos novos conceitos de guerra. Por último, são tecidas as considerações finais.

2 NOVOS CONCEITOS DE GUERRA – BREVE DESCRIÇÃO

Iniciamos esta seção apresentando a ideia de “novos conceitos de guerra”. Esta é uma classificação que utilizamos para englobar um conjunto de termos e concepções que passaram a ser utilizadas para designar a guerra e seus desdobramentos após o final da Guerra Fria. Neste trabalho, especificamente, trataremos da produção intelectual de Mary Kaldor e William S. Lind. Sabe-se que os dois autores possuem tradições teóricas, origem e objetivos distintos, como ressalta Musumeci (2011). Por outro lado, há o entendimento de que as teorias de ambos se entrelaçam muitas vezes, especialmente pela aparente recuperação das ideias de Lind (1989) no trabalho de Kaldor (2012), como aponta Duarte (2011).

2.1 NOVAS GUERRAS

O primeiro dos novos conceitos de guerra, e talvez o mais relevante do ponto de vista acadêmico, é justamente o conceito de “novas guerras”, criado pela professora britânica Mary Kaldor. Em 1998, ela publicou o livro *New and Old Wars*, no qual buscou descrever e explicar as transformações da guerra após 1945 e, ao

mesmo tempo, compreender o que define como o novo modelo de conflito armado, que para ela seria predominante no século XXI, influenciado por fenômenos como a globalização.

A autora argumenta que, durante as últimas décadas do século XX, especialmente em lugares como o Continente Africano e o Leste Europeu, desenvolveu-se uma forma singular de violência organizada que, para ela, seria o paradigma da era globalizada. Daí, então, o uso do adjetivo novo para caracterizar a guerra. Por outro lado, ela utiliza o termo guerra por partir do conceito clássico clausewitziano, que a define como o conflito entre estados ou grupos organizados, por motivos políticos. Entretanto, salienta Kaldor (2012), o conceito de novas guerras envolve uma zona de indistinção entre a guerra clássica, o crime organizado e a violação de direitos humanos em larga escala. Na última edição de seu livro, ela identifica uma série de outros nomes, presentes na literatura sobre o tema, que se assemelham, em maior ou menor medida, ao seu conceito de novas guerras, como “conflitos de baixa intensidade”, “guerra privatizada ou informal”, “guerras pós-modernas” e “guerras híbridas”³.

Além do enorme gradiente de eventos abarcados pelo conceito que propôs, a autora ressalta o seu caráter distinto em relação às interpretações clássicas. Para ela, as novas guerras teriam características não vislumbradas pelo clássico teórico da guerra, o general prussiano Carl von Clausewitz (1984). As diferenças estariam em uma série de fronteiras que, em seu modelo, encontram-se borradas. Assim, ação pública ou privada, militares e civis, soldados e policiais, formal e informal, motivos políticos ou econômicos são pares que, se em outros escritos têm suas diferenças bem delimitadas, estão amalgamados nas novas guerras descritas por Kaldor (2013).

O livro em questão foi um sucesso, abrindo uma grande linha de pensamento a partir de sua publicação e, atualmente, encontra-se em sua terceira edição, publicada no ano de 2012, na qual foi incluído um capítulo sobre os eventos ocorridos em 11 de setembro de 2001, bem como as guerras ocorridas no Afeganistão e no Iraque. Sua teoria, porém, continua controversa, e já atraiu tantas críticas de outros estudiosos que a própria autora se propôs, no artigo *In defence of new wars* (Kaldor, 2013), a responder algumas delas.

2.2 AS QUATRO GERAÇÕES DA GUERRA E A GUERRA DE QUARTA GERAÇÃO

Se a teoria de Kaldor é a mais relevante, academicamente, dentre os novos conceitos de guerra, a das quatro gerações da guerra, com a consequente definição

2 Kaldor (2012) ressalta, entretanto, que as “novas guerras” envolvem também elementos da pré-modernidade e da modernidade.

3 A criação do conceito de guerra híbrida é atribuída a Hoffman (2007) que, por sua vez, afirma que se baseia em muitas escolas de pensamento, entre as quais a 4GW.

de guerra de quarta geração ou *fourth generation warfare (4GW)* é, provavelmente, a mais popular na literatura leiga ou midiática sobre o tema, especialmente em fóruns de internet⁴. Publicada pela primeira vez em 1989, por um conjunto de militares estadunidenses, liderados por William Lind, tem atraído também, em menor medida, alguns autores militares. Causa ainda surpresa que Korybko (2018, p. 26), um autor lido no campo progressista, em seu livro, tenha afirmado que “o prognóstico de Lind parece correto” e, ainda, que “as previsões de Lind foram muito visionárias”, demonstrando que as ideias de Lind chegaram até mesmo a intelectuais acadêmicos mais distantes.

Lind auto descreve-se como um conservador cultural, sendo também associado a um movimento chamado paleo conservadorismo (Zúquete, 2018), portanto, à direita no espectro político. Entre outras ideias, Lind (2004, p. 13-14, tradução nossa) defende que a imigração é um tipo de tática dessas guerras de quarta geração: “na Guerra da Quarta Geração, a invasão da imigração pode ser pelo menos tão perigosa quanto a invasão de um exército estatal⁵”, demonstrando que sua teoria possui um forte componente xenofóbico e indenitário e, provavelmente, é influenciada por outro conservador estadunidense, Samuel Huntington (Graham, 2016).

As quatro gerações da guerra, segundo a classificação contida no artigo seminal de Lind *et al.* (1989), dividem-se na história conforme as táticas utilizadas. Esse modo de classificá-las teve como objetivo ressaltar supostas mudanças qualitativas de um período em relação ao anterior. Ou seja, tratou-se da ênfase ou predominância de determinadas características em detrimento de outras.

Segundo o autor, a guerra de primeira geração é aquela que houve, aproximadamente, dos anos 1648 a 1860, sendo considerada a primeira geração da guerra moderna. Era a guerra de linha e coluna, na qual as batalhas eram formais e o campo onde elas se davam era completamente ordenado. Praticamente toda a tradição e estética militares, como os uniformes, cumprimentos e outros aspectos disciplinares que diferenciam o soldado do civil, foram criados nesse período. Havia, segundo Lind (2004, p. 12), uma “cultura da ordem”, a qual caracterizava desde a organização do campo de batalha, passando pelas armas utilizadas até o próprio modo de ser dos soldados. As contradições entre a cultura então reinante e o ambiente das batalhas fizeram surgir novas necessidades, que teriam respostas apenas no período seguinte.

4 Neste ponto, notar a semelhança, guardadas as proporções, com os grupos de direita estadunidenses, chamados de milícias. Castells (2008) observa que estes grupos, com milhares de simpatizantes por todo o país, são formados por pessoas, em sua maioria, brancas, cristãs e do sexo masculino. E que, quanto às ideias, abrigam um grande número de racistas, antisemitas e machistas. Seus vínculos são estabelecidos, principalmente, pelos meios de comunicação alternativos, panfletos e, sobretudo, pela internet.

5 “In Fourth Generation War, invasion by immigration can be at least as dangerous as invasion by a state army” (Lind, 2004, p. 13-14).

Já a guerra de segunda geração aparece a partir de 1860 e é desenvolvida pelo exército francês durante e depois da Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918). Ela é descrita por Lind (2004, p. 12, tradução nossa) como uma “resposta à contradição entre cultura da ordem e ambiente militar⁶”, que havia em meados do século XIX. Houve, segundo o autor, um ganho tático nesse período, por conta do aumento do poder de fogo oriundo das novas armas. A artilharia utilizava fogo concentrado, forçando o deslocamento dos adversários, por meio dos ataques, para que a infantaria pudesse ocupar o território conquistado.

A guerra de terceira geração, por sua vez, teria sido desenvolvida pelo exército alemão também durante a Primeira Grande Guerra, e aplicada definitivamente na Segunda. Era baseada não no poder de fogo, mas na velocidade, na surpresa e no deslocamento mental e físico. O princípio da manobra era o que vigorava e a mobilidade passou a ser marcante, especialmente com a *blitzkrieg*, tática de “guerra relâmpago” utilizada pela Alemanha na Segunda Guerra⁷.

A quarta geração da guerra, que é justamente o que Lind pretende anunciar como um novo conceito, emerge a partir do final da Segunda Guerra e se torna presente e predominante em todos os conflitos posteriores a ela, no âmbito global. Nela, o Estado perde o monopólio da guerra, sendo mais comum o uso da guerra irregular, ou seja, conflitos entre o ente estatal e grupos terroristas ou criminosos, priorizando alvos nos quais o ataque tenha maior efeito psicológico que físico. Nesta guerra, todas as cidades se tornam campo de guerra, já que, assim como nas ideias de Kaldor, há uma zona de indistinção entre civis e militares.

3 O CONTEXTO BRASILEIRO E A CONJUNTURA INTERNACIONAL

No Brasil, como se sabe, as ideias militares possuem uma grande influência desde o início da história do país. Em todos os momentos políticos marcantes, desde o fim da escravidão, a proclamação da República, as tentativas de revolução, golpes de Estado ou ditaduras, reiteradamente, houve um conjunto de ideias e articulações de militares (Carvalho, 2020; Moraes, 2005). Moraes (2005, p. 22), por exemplo, identifica uma “continuidade da inspiração moral e política dos jovens oficiais abolicionistas e republicanos que derrubaram o Império em 1889, dos ‘tenentes’ da década de 1920 e dos militares anti-imperialistas da década de 1950”. A partir da década de 1950, e por uma série de fatores conjunturais, porém, as ideias dominantes na caserna passam a ser outras.

6 “Second Generation War was one answer to the contradiction between the culture of order and the military environment” (Lind, 2004, p. 12).

7 Echevarria (2005, p. 14) lembra que “na official blitzkrieg concept did not exist in German military doctrine at the time”, demonstrando que este é mais um mito, assim como a própria teoria das quatro gerações da guerra.

Para explicar essa mudança, é preciso retornar ao ano de 1949, quando é criada a Escola Superior de Guerra (ESG). Ela foi criada, por meio da Lei n.º 785, de 20 de agosto daquele ano, “sob a influência das experiências obtidas por um grupo de militares, capitaneados pelo Marechal César Obino, após o segundo conflito mundial e diante dos prenúncios de uma nova ordem, apontados pelo início da guerra fria” (Brasil, 2021). As concepções que nortearam a fundação da ESG foram atreladas à ideologia que visava à contenção da expansão soviética, especialmente na América do Sul (Ferezin, 2012). A ESG teve por molde o *National War College*, instituição dos EUA que inspirou a Escola brasileira, o que já denota a forte influência do país norte-americano a partir daí.

Um dos conceitos estruturantes da doutrina da ESG era o de Segurança Nacional. De fato, como afirmou Stepan (1986, p. 19), a ESG é “a fonte mais amplamente aceita de formulação e disseminação” dessa doutrina. Esta noção já estava presente no arcabouço teórico brasileiro, mas foi modificado após a Segunda Guerra, por conta do convencimento dos militares da nova realidade, com a presença de ameaças que buscavam “o domínio progressivo da Nação, através do desmoroamento gradual de seus valores, instituições e do seu moral” (Ferezin, 2012, p. 78). Essa mudança de ênfase na defesa para a segurança nacional é marcada também pelo reconhecimento da força das ideias subversivas e da construção do inimigo interno, comunista, subversivo e revolucionário. A partir de 1964, essas ideias triunfam e passam a orientar a política nacional, com o golpe de Estado civil-militar e o início da Ditadura (Fico, 2004).

Durante o regime militar, a ênfase na batalha ideológica era evidente. A censura a músicas, livros e outras obras de arte se uniam à forte propaganda governamental nacionalista e ufanista nos meios de comunicação. Na formação dos seus quadros, “o regime esmerou-se no projeto de implementar um bem-sucedido sistema de formação de oficiais que atendesse seus interesses. Foram formadas gerações de militares ideologicamente afinados” (Lima, 2018, p. 212). No campo policial, o Serviço Nacional de Informações (SNI) notabilizou-se pelo serviço de espionagem e investigação de políticos, intelectuais e jovens universitários, considerados potenciais subversivos.

Em relação aos jovens estudantes, esses passam a figurar no rol das ameaças, dentro do imaginário militar. A questão das drogas ilícitas será fundamental para justificar essa perseguição, em plena consonância com a política estadunidense, que em 1972 declarava “guerra às drogas”. Como explica Oliveira (2005, p. XXIX), “desde o final da Guerra Fria, os Estados Unidos têm pressionado o Brasil a adotar o envolvimento direto do Exército no combate ao narcotráfico e outras modalidades de ação criminosa”. Brandão (2019, p. 2) utiliza o conceito de “tóxico-subversão” para explicar o que ocorre.

A caricatura do comunista ateu e terrorista não desaparece do discurso alarmista amparado pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), mas passa a agregar o estudante ‘viciado em entorpecentes’, ‘promíscuo’ e ‘pederasta’, operacionalizando o conceito de “tóxico-subversão” como uma nova ferramenta de perseguição política.

Estavam dadas, portanto, as condições de uso das Forças Armadas, principalmente do Exército, na “guerra às drogas”, mas também em outras atividades que não diziam respeito à definição clássica de defesa nacional. O que faltava, até então, era um corpo doutrinário que permitisse fundamentar e justificar as ações militares.

A segunda metade da década de 1980 propiciou uma verdadeira crise de identidade entre os militares brasileiros. É possível citar uma série de eventos, como o final da ditadura, em 1985 e a assinatura, no mesmo ano, da “Declaração de Iguazu”, que dava início à aproximação militar entre o Brasil e a Argentina, seu inimigo histórico. Além destes, há ainda, em 1988, a promulgação da nova Constituição Federal e, no ano seguinte, a queda do Muro de Berlim, simbolizando a união das Alemanhas ocidental (capitalista) e oriental (socialista) e o fim da Guerra Fria, que se confirmaria com a dissolução da URSS, em 1991.

O desfecho da Guerra Fria ocasionou o surgimento de uma série de teorias, as quais tentaram dar conta da nova ordem mundial, multipolar. A questão da defesa e da segurança nacional e internacional, sem dúvida alguma, foi e continua sendo um tema candente. Oliveira (2016, p. 118) fala em pós-modernismo militar, no qual as forças armadas “devem estar prontas para enfrentar os desafios próprios de um ambiente operacional de incertezas, bastando lembrar que em alguns casos o inimigo pode estar imerso no meio da população”, salientando que essa concepção está cada vez mais presente entre os militares brasileiros: alguns já enxergam no terrorismo e no tráfico de drogas grandes ameaças à segurança nacional⁸.

Há que citar, ainda, a possível influência da Escola de Copenhague nos estudos mundiais sobre segurança internacional (Tanno, 2003). O *Copenhagen Peace Research Institute* (COPRI), instituto dinamarquês, criado em 1985 para promover estudos pela paz, defendia, em suma, que os estudos de segurança “devem incorporar tanto as ameaças militares quanto aquelas advindas das áreas política, econômica, ambiental e societal” (Tanno, 2003, p. 50). Uma das obras de referência dessa escola é o livro de Buzan *et al.* (1998) que, entre outras análises, afirmam que “para muitas das democracias avançadas, a defesa do Estado vem se tornando apenas uma, e talvez nem mesmo a principal função das forças armadas” (Buzan *et al.*, 1998, p. 22), simbolizando justamente essa tendência à

8 A título de exemplo, ver Oliveira (2016).

diluição entre defesa nacional e segurança pública, característica dessa escola de pensamento.

No que tange ao Brasil, Porto e Coradini (2019, p. 268), dois oficiais do Exército, em estudo no qual analisam o processo de securitização da questão relacionada ao combate às drogas no México, argumentam que, diante do quadro do crescente uso do que chamam de Poder Nacional no combate ao crime organizado, é possível que, do trabalho que eles apresentam, “possam ser extraídas informações de utilidade para trabalhos posteriores que fundamentem a formulação de políticas públicas de enfrentamento da questão do narcotráfico e do emprego das Forças Armadas nesse contexto”, demonstrando, assim, como o militar brasileiro é, em algumas situações, terreno fértil para o crescimento dessas ideias pós-modernas acerca dos papéis das Forças.

Com o atentado às torres gêmeas do *World Trade Center*, em 11 de setembro de 2001, o campo teórico militar ficou ainda mais confuso. George W. Bush, então presidente dos EUA, instituiu a chamada “guerra ao terror”, que era uma mistura de discurso midiático com doutrina de Estado e opinião de especialistas. Seus resultados práticos foram “uma forma não convencional de violência de Estado que combina as características díspares da guerra e da operação de polícia” (Chamayou, 2015, p. 41). A militarização das cidades e a facilidade para se classificar grupos de oposição política como terroristas tornou-se gritante (Graham, 2016). Aproveitando-se do momento para impor medidas de segurança e disciplina às suas próprias populações, a adesão de vários países à política de guerra estadunidense foi quase imediata (Chomsky, 2005). Ao mesmo tempo, teorias como as de Mary Kaldor e William Lind ganham ainda mais força e são atualizadas (Kaldor, 2012; Lind, 2004). A italiana Donatella Di Cesare (2019, p. 28) afirma que “o Onze de Setembro foi a primeira revelação dramática da guerra global”. Do mesmo modo, outros autores ganharam relevância, à medida que também anunciavam o fim da guerra como a conhecíamos até então, corroborando com as teorias anteriores.

No Brasil, destacam-se os trabalhos de Alessandro Visacro que, em sua obra, *Guerra Irregular* (Visacro, 2009), ao comentar sobre o atentado às torres gêmeas, afirma que ideias como a da guerra de quarta geração “foram praticamente ignoradas [...] por quase uma década, até que os atentados de 11 de setembro as reavivaram” (Visacro, 2009, p. 39). Este autor, por ser oficial do Exército brasileiro e referência no tema, pode ser considerado um grande divulgador das ideias de Lind, entre outras.

Em suma, o que se vê é uma conjuntura política que propicia que aqueles que não estejam alicerçados em boas doutrinas e teorias sólidas sobre a guerra e o papel dos militares na defesa nacional, especialmente em um país periférico como o Brasil, sejam arrastados pela corrente de classificações de guerra e teorias da moda.

3.1 INCIDÊNCIA DOS NOVOS CONCEITOS DE GUERRA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA MILITAR: O CASO DA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Visando investigar a utilização do instrumental analítico de Mary Kaldor e de William Lind entre os militares brasileiros, optou-se pelo exame do banco de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM), da ECEME. Neste, está disponível um rol de 132 trabalhos, dos quais 107 são dissertações e 25 são teses.

A análise passou pela investigação do uso de termos importantes, que funcionaram como palavras-chave do corpo doutrinário perscrutado, sendo eles: “Mary Kaldor”, “William Lind”, “novas guerras”, “guerra de quarta geração” e “4GW”. No quadro abaixo, tem-se um resumo da incidência destes termos nas dissertações e teses do PPGCM/ECEME, seguido de seu percentual de ocorrência por ano observado.

Tabela 1: Incidência de termos-chave nas teses e dissertações do Programa de pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (PPGCM/ECEME)

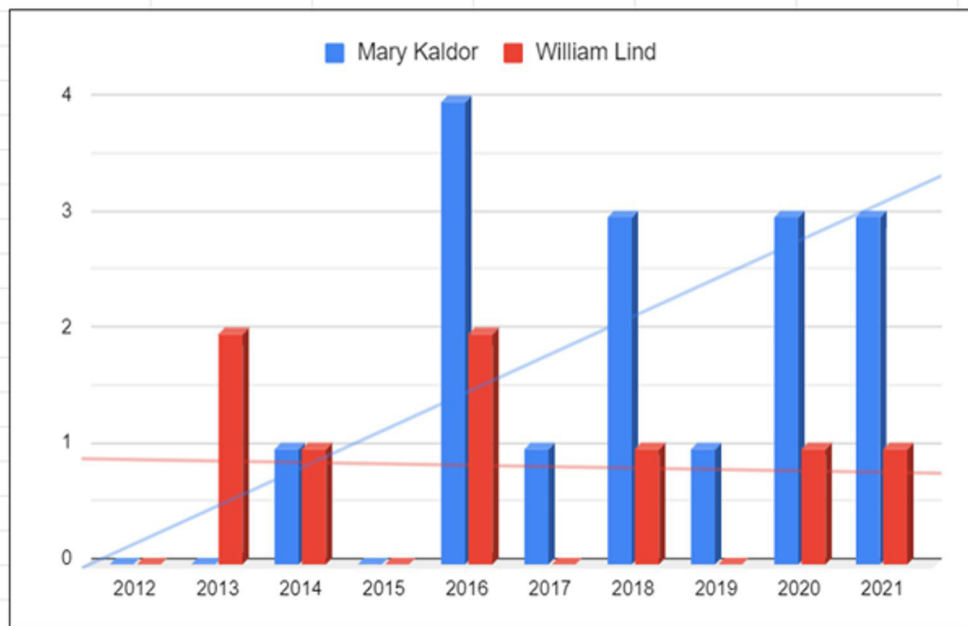
Ano	Total de analisados	Casos de incidência	Percentual de incidência por ano
2021	10	3	30,00%
2020	22	3	13,64%
2019	20	2	10,00%
2018	18	4	22,22%
2017	6	1	16,67%
2016	15	4	26,67%
2015	3	0	0,00%
2014	11	2	18,18%
2013	12	2	16,67%
2012	15	0	0,00%
Total	132	21	15,91%

Fonte: Elaboração dos autores (2023).

Portanto, entre 2012 e 2021, cerca de 16% dos trabalhos produzidos no PPGCM/ECEME fizeram menção a algum dos termos ligados a essas outras

formulações de conflitos. Além disso, nota-se que, ao longo do período de análise, há uma propensão ao crescimento da utilização dos termos pesquisados, o que coaduna com o argumento de que as concepções advindas das análises de Kaldor e de Lind se tornam cada vez mais presentes entre os militares brasileiros, pelo menos no âmbito do grupo verificado que, por sua condição hierárquica e intelectual, pode influenciar boa parte da tropa. Essa tendência crescente é amparada, principalmente, no uso do instrumental analítico de Mary Kaldor, como é possível ver, graficamente, abaixo. Por meio do gráfico 1, percebe-se que, enquanto a linha de tendência para a incidência de Lind nos trabalhos demonstra propensão a pequeno ou nenhum crescimento, Kaldor desponta, apresentando tendência crescente ao seu uso.

Gráfico 1: Série temporal, de 2012 a 2021, de incidência dos termos Mary Kaldor e William Lind nas teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (PPGCM/ECEME)



Fonte: Elaboração dos autores (2023).

Ainda, com fins de verificar a influência de cada termo-chave na amostra averiguada, prosseguiu-se com a estratificação das ocorrências, por termo de pesquisa, obtendo-se a tabela que se exhibe adiante.

Tabela 2: Incidência estratificada pelo termo-chave (continua)

Ano	Mary Kaldor		William Lind		Novas Guerras		Guerra de Quarta Geração/ 4GW		Total Analisado
	Incidência	%	Incidência	%	Incidência	%	Incidência	%	
2021	3	30%	1	10,0%	0	0,0%	1	10%	10
2020	3	13,6%	1	4,5%	3	13,6%	1	4,5%	22
2019	1	5,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	10%	20
2018	3	16,7%	1	5,6%	1	5,6%	1	5,6%	18
2017	1	16,7%	0	0,0%	1	16,7%	0	0,0%	6 (conclusão)
2016	4	26,7%	2	13,3%	3	20,0%	1	6,7%	15
2015	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	3
2014	1	9,1%	1	9,1%	1	9,1%	1	9,1%	11
2013	0	0,0%	2	16,7%	0	0,0%	1	8,3%	12
2012	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	15
Total	16	12,1%	8	6,1%	9	6,8%	8	6,1%	132

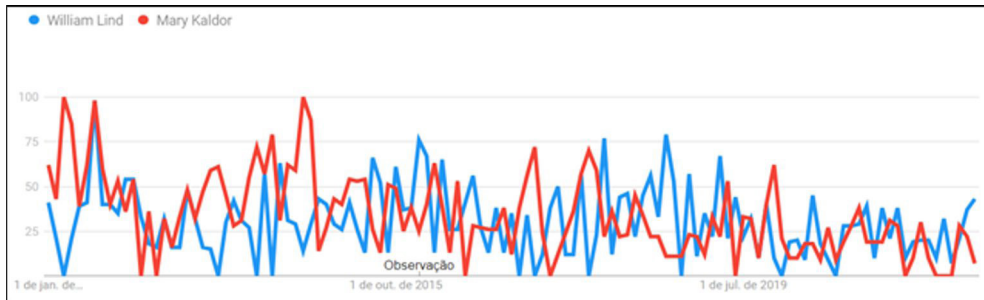
Fonte: Elaboração dos autores (2023).

Assim, a partir da tabela 2, percebe-se a predominância de ocorrência do termo Mary Kaldor, sinalizando que, na amostra estudada, a autora foi mais utilizada como referência que Lind ao longo do período, principalmente em 2021 e 2016, anos em que aparece, respectivamente, em cerca de 30% e 27% dos textos analisados. Ao lado de Kaldor, desponta o termo ‘novas guerras’, justamente o conceito por ela utilizado, com incidência total de 6,8%, ao longo do período, chegando a 20% de ocorrência nos trabalhos de 2016, o que pode reiterar a primazia da autora no assunto em questão.

Fez-se ainda uma análise por meio da aplicação *Google Trends*⁹, em que também foi possível verificar predominância do uso de Kaldor, em média, no mesmo período avaliado anteriormente.

9 Google Trends é uma ferramenta do Google que mostra os mais populares termos buscados em um passado recente.

Gráfico 2: Google Trends - interesse mundial nos termos Mary Kaldor e William Lind, de 2012 a 2021¹⁰



Fonte: Google Trends (2021).

Por meio da análise do banco de dados do PPGCM/ECEME, evidencia-se de forma mais objetiva a ascensão do uso de novos conceitos de guerra no meio militar brasileiro. Ainda, pode-se perceber que as ideias de Lind se encontram em estágio incipiente de divulgação, tendo Kaldor – supomos que por seu caráter inaugural e pela maior substância teórica de seus escritos - predominância sobre o autor e seus termos designantes.

4 CRÍTICAS BRASILEIRAS AOS NOVOS CONCEITOS DE GUERRA

Neste trabalho já foi registrado o caráter conservador e xenofóbico dos novos conceitos de guerra, como registra Graham (2016). Da mesma forma, ficaram delineados os seus efeitos nocivos à segurança pública, na medida em que borram as fronteiras entre esta e as tarefas de defesa nacional, na medida em que defende a atuação dos militares das forças armadas em tarefas tipicamente policiais, o que, por consequência, transforma as cidades em um território de conflito armado e militarizado.

Entretanto, as críticas que serão apresentadas nesta seção têm seu enfoque nas forças armadas brasileiras. Qual o grau de consistência teórica que possuem esses novos conceitos de guerra, segundo o que é atualmente estabelecido como doutrina militar? De que forma a difusão desses conceitos afeta, pelo menos de forma hipotética, a efetividade do trabalho de defesa nacional? Para responder essas perguntas, serão utilizados aqui, principalmente, militares e estudiosos de defesa nacional, a fim de demonstrar as críticas aos modismos teóricos que se apresentam.

10 Disponível por meio do link: encurtador.com.br/drTW0.

Começamos, então, pelo diplomata Alsina Júnior (2018), que denomina “empreendedores intelectuais” esses teóricos dos novos conceitos de guerra, enfatizando suas “verdadeiras taras pela glória efêmera”, geralmente associadas à tola refutação de Clausewitz (Alsina Júnior, 2018, p. 134). Uma das principais consequências da aplicação de teorias como a da guerra de quarta geração, já aqui elencadas, é a confusão entre o trabalho das forças armadas com o da segurança pública, com consequências graves para a cidadania. Alsina Júnior (2018, p. 84) explica ainda que ela “possui uma dimensão especialmente nefasta quando aplicada à realidade brasileira: açular as correntes existentes no Exército que enxergam a instituição como uma espécie de guardiã da república”. Isso, segundo o autor, reflete-se no dispêndio de tempo e energia na intervenção em uma série de assuntos domésticos, em detrimento do preparo militar de fato (Alsina Júnior, 2018). Além disso, possui um efeito negativo para a visão de democracia brasileira que possuem esses militares, cujo preparo “continua voltado mais à defesa interna do que à defesa externa”, conforme afirmação de Oliveira (2005, p. 353).

Duarte (2011), em artigo no qual critica veementemente a teoria da guerra de quarta geração, aponta a presença de uma série de falácias teórico-metodológicas, apoiado na obra do historiador David H. Fischer. Do ponto de vista estratégico da guerra, por exemplo, os elementos que permitem a divisão geracional “parecem ser os atributos das forças derrotadas: a França revolucionária, as Alemanhas imperial e nazista e mesmo os atuais insurgentes no Iraque e Afeganistão”, como argumenta Duarte (2011, p. 96). Desta forma, sequer pode ser considerada uma teoria que conduza a alguma vitória militar.

Sob ponto de vista mais doutrinário, há também uma série de críticas elaboradas por oficiais. Marcelo Serrano, coronel do Exército Brasileiro, em artigo publicado em 2013, especificamente sobre a guerra de quarta geração, parte da constatação de que “esta teoria ganhou prestígio entre oficiais do Exército Brasileiro e vem, já há algum tempo, moldando mentes e formando algumas convicções, o que não é conveniente, em razão de suas evidentes falhas” (Serrano, 2013, p. 65). Um dos motivos possíveis para o sucesso dessa teoria no Brasil foi a atribuição de uma suposta chancela dos EUA, o que, aponta o oficial, é um erro.

Passemos, então, às considerações doutrinárias de Serrano. Após retomar alguns aspectos da teoria clausewitziana, o autor afirma que as ideias de Lind demonstram ser, por sua inconsistência, “meramente opinativas”, já que sua classificação histórica não possui qualquer fundamentação ou critério. O caráter empreendedor e midiático da guerra de quarta geração também é destacado, já que, afirma, a teoria foi “modificada, moldada e adaptada aos eventos à medida que estes ocorriam” (Serrano, 2013, p. 68). O autor critica ainda a insistência de Lind em classificar as gerações da guerra pensando na ideia de “cultura da ordem”. Segundo Serrano (2013, p. 70), “os aspectos citados por Lind são simplesmente

reflexos periféricos da ordem, não a ordem em si”. Para concluir, Serrano (2013, p. 77) é enfático, afirmando que a suposta teoria “deve ser definitivamente esquecida, a fim de não prejudicar o desenvolvimento do pensamento doutrinário do Exército”, justamente pela sua premissa incorreta, que é a de uma classificação sem base histórica e uma suposta e improvável evolução das guerras.

Pimentel e Espósito Neto (2014), por sua vez, embora não descartem completamente a teoria da 4GW, registram a sua superficialidade teórica e metodológica, bem como a falta de solidez conceitual, corroborando com as críticas já apresentadas. Para eles, o paradigma clausewitziano permanece como referência, podendo ser atualizado para dar conta dos novos fenômenos, mas não suplantado pelas ideias de Lind.

Não se trata aqui de desconsiderar as novas tecnologias que surgem no novo milênio, bem como as novas táticas de guerra que as utilizam. Como disse Clausewitz (1984, p. 92), “a guerra é mais do que um verdadeiro camaleão, que adapta um pouco as suas características a uma determinada situação”. O problema desses novos conceitos de guerra, do ponto de vista teórico-doutrinário, é confundir – não se sabe se deliberadamente – novas táticas, utilizadas por força de determinadas circunstâncias, com novas guerras, com o intuito de superar a teoria clausewitziana. Neste erro incorrem Kaldor, Lind e vários outros. Ortega e Marin (2020, p. 106) revelam que o “segredo da posição dos críticos ‘anti-Clausewitz’” é apresentar a visão de um mundo tomado pelo caos, no qual há uma guerra permanente. O problema dessa concepção, para além de sua fraqueza conceitual, é a série de consequências práticas e políticas que ela acarreta.

O que se percebe é que os “estudiosos” dos novos conceitos de guerra estão mais condicionados pela quantidade e pelo tempo de cobertura dos conflitos pela mídia, como afirma Paiva (2010), ou pela quantidade de textos, ou fóruns na internet¹¹, acrescentamos, do que efetivamente pelos seus efeitos e resultados nas relações de poder entre os Estados. Segundo Paiva, que é oficial-general, as Forças Armadas brasileiras devem se preparar para o combate convencional, para que o país possa estar à altura das outras potências. A esse propósito, aliás, Alsina Júnior (2018, p. 48, grifo nosso) explica, de forma incisiva, a investida dos EUA e de outros países centrais, contra as Forças Armadas dos países periféricos, especialmente latinos:

11 Chama a atenção o fato de que um dos portais de conteúdo militar mais famosos no Brasil, o Defesamet.com.br, possui duas seções de textos, chamadas, respectivamente, “guerra informação e híbrida” (sic) e “guerra híbrida Brasil”. Leirner (2020, p. 268) chama a atenção para o fato de que “depois do advento do Governo Bolsonaro o número de militares que povoa o site aumentou bastante; mas não só, eis que de repente podemos também ver pessoas ligadas ao mundo do direito escrevendo sobre guerra híbrida, assimétrica, etc.”.

Vocês, latinos, transformem suas forças armadas em gendarmarias, **impedindo a entrada de drogas**, imigrantes e contrabando no meu território e eu, Estados Unidos, decidirei estritamente de acordo com os meus interesses nacionais, se é o caso de protegê-los militarmente de uma improvável contingência no plano de defesa.

Esta influência se concretiza insidiosamente por meio desses novos conceitos de guerra que se disseminam por meio de bolsas para cursos, publicações e outros incentivos. Em seus efeitos práticos, trata-se de uma verdadeira cilada, como acrescenta Batista (2012), uma vez que a militarização da segurança pública implica em uma verdadeira desmilitarização dos militares das Forças Armadas, com prejuízo à defesa nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscou-se descrever algumas das mais novas formulações teóricas sobre a guerra contemporânea, reunindo-as sob a categoria de novos conceitos de guerra. Partiu-se de dois dos principais autores representativos deste campo, Mary Kaldor e William Lind, os quais formularam conceitos e teorias que circulam no meio intelectual civil e militar, influenciando o pensamento ocidental sobre as guerras.

Em suma, tais autores, cada um à sua própria maneira, defendem que o modelo de guerra clausewitziano encontra-se defasado ou, pelo menos, insuficiente para interpretar as guerras contemporâneas. O cenário, para eles, é de uma guerra difusa no território, em que o conflito armado se dá não mais entre estados-nações e disputas por soberania, mas por meio de guerras irregulares, assimétricas e híbridas entre grupos identitários, terroristas e criminosos, locais e com conexões internacionais, ou desses grupos contra o Estado.

Revisou-se, então, as críticas brasileiras às formulações dos autores, que enfatizam a falta de rigor histórico e metodológico das classificações feitas pelos autores, especialmente por Lind. Viu-se ainda que esses conceitos e teorias, tanto em seus formuladores originais quanto em seus comentadores e aplicadores, além de possuírem um caráter xenofóbico e racista, borram as fronteiras entre o trabalho de defesa nacional e segurança pública, com consequências negativas e adversas para ambos, especialmente no contexto brasileiro.

No campo da defesa nacional, vê-se uma ênfase no treinamento dos militares das forças armadas, especialmente do Exército, para a atuação em guerras irregulares, esquecendo-se da importância da preparação para os combates tradicionais, típicos das guerras clássicas, como fazem as grandes potências mundiais. Assim, perde-se poder dissuasório militar em nome da

atuação, praticamente de polícia, nas supostas novas guerras, dentre as quais a chamada “guerra às drogas” é a principal.

Além disso, a atuação dessas tropas militares em trabalhos de segurança pública, especialmente por meio de operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), ocasiona um fenômeno denominado militarização da segurança pública, cuja premissa é a existência de uma nova guerra urbana, e a consequência é o tratamento de criminosos como se fossem inimigos da pátria. Esse pensamento passa a orientar as próprias polícias, que, paulatinamente, se militarizam, mimetizando as forças armadas.

Analisou-se, ainda, 132 trabalhos dos oficiais que cursaram o PPGCM da ECEME, a fim de mensurar a influência de Kaldor e Lind no pensamento militar brasileiro. Entre 2012 e 2021, cerca de 16% dos trabalhos produzidos nesse Programa de pós-graduação fizeram menção a algum dos termos analisados. Por sua vez, Mary Kaldor foi citada em torno de 12% destes trabalhos, enquanto William Lind apareceu, aproximadamente, em 6% dos arquivos. Dessa forma, notou-se que ainda é pequena a presença de citações dos autores, com maior predominância para o pensamento de Kaldor, o que pode ser decorrente de sua maior qualidade argumentativa, bem como da produção intelectual com maior solidez e quantidade. No entanto, embora atualmente a frequência das citações não seja alta, existe tendência ao seu crescimento, principalmente, quando se trata da autora em questão, não sendo verificado o mesmo para Lind.

Com a reflexão ora apresentada, espera-se que este trabalho possa servir de alerta para os riscos do uso indiscriminado do termo guerra, feito por muitos intelectuais contemporâneos, que, conscientemente ou não, acabam indo ao encontro desses novos conceitos de guerra, cujas consequências de sua aplicação no Brasil, segundo nossas conclusões, são nefastas.

REFERÊNCIAS

ALSINA JÚNIOR, João Paulo. *Ensaio de grande estratégia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

BATISTA, Nilo. Ainda há tempo de salvar as Forças Armadas da cilada da militarização da segurança pública. In: BATISTA, Vera Malaguti (org.) *Paz armada*. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 47-48.

BRANDÃO, Luiz Henrique Santos. *Tóxico-subversão: anticomunismo e proibicionismo na construção do “inimigo interno” durante a Ditadura Militar no Brasil*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. *A Escola*. 28 mai. 2019. Disponível em: <http://www.eceme.eb.mil.br/insti>. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. *Histórico*. 15 jan. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/esg/pt-br/a-esg/historico-1>. Acesso em: 14 jan. 2022.

BUZAN, Barry *et al.* *Security: a new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2. reimp. São Paulo: Todavia, 2020.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008. v. 2.

CHAMAYOU, Grégoire. *Teoria do drone*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

CHOMSKY, Noam. *11 de setembro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. Tradução do inglês para o português de Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. [S.l.; s.n.], 1984.

DI CESARE, Donatella. *Terror e modernidade*. Tradução de André Cotta. Belo Horizonte: Âyiné, 2019.

DUARTE, Érico Esteves. As falácias em torno da proposta de guerra de quarta geração. In: ALVES, Vágner Camilo; MOREIRA, William de Souza; ARIAS NETO, José Miguel. (org.). *A defesa e a segurança na América do Sul: IV encontro da Abed*. Campinas: Mercado das Letras, 2011. p. 91-102.

ECHEVARRIA, Antulio J. *Fourth-generation war and other myths*. [Nova Jersey]: Strategic Studies Institute, US Army War College, 2005. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep11404>. Acesso em: 09 fev. 2022.

FEREZIN, Carla Cristina Wrbieta. *A recepção de Clausewitz no exército brasileiro: da guerra fria ao pós-guerra fria*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, v. 24, p. 29-60, 2004.

FUCCILLE, Luís. Alexandre. *As Forças Armadas e a temática interna no Brasil contemporâneo*. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 1999.

GOOGLE TRENDS. [Google]. Disponível em: <http://www.google.com.br/trends/>. 2021. Acesso em: 28 jan. 2022.

GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOFFMAN, Frank. *Conflict in the 21st century: the rise of the hybrid wars*. Arlington: Potomac Institute for Policy Studies. 2007. Disponível em: https://www.potomacinstitute.org/images/stories/publications/potomac_hybridwar_0108.pdf. Acesso em: 24 jan. 2022.

KALDOR, Mary. *New and old wars: organised violence in a global era*. 3 ed. Cambridge: Polity Press, 2012.

KALDOR, Mary. In defence of new wars. *Stability: International Journal of Security and Development*, v. 2, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.stabilityjournal.org/articles/10.5334/sta.at/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LEIRNER, Piero C. *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em perspectiva etnográfica*. São Paulo: Alameda, 2020.

LIMA, Sued Castro. A formação de oficiais e a democracia brasileira. In: BARBOSA et al. (org.). *Militares e política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 201-226.

LIND, William S. et al. The changing face of war: Into the Fourth Generation. *Marine Corps Gazette*, v. 72, n. 10, p. 22–26, out. 1989, Disponível em: https://www.academia.edu/7964013/The_Changing_Face_of_War_Into_the_Fourth_Generation. Acesso em: 22 jan. 2022.

LIND, William S. Understanding Fourth Generation War. *Military Review*, p.12-16, set./out. 2004. Disponível em: <https://www.hsdl.org/?abstract&did=482203>. Acesso em: 22 jan. 2022.

MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MUSUMECI, Martino Gabriel. O discurso das “novas guerras” na América do Sul: securitização e legitimidade. In: ALVES, Vágner Camilo; MOREIRA, William de Souza; ARIAS NETO, José Miguel. (org.). *A defesa e a segurança na América do Sul*: IV encontro da ABED. Campinas: Mercado das Letras, 2011. p. 126-140.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *Democracia e defesa nacional*: a criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC. Barueri: Manole, 2005.

OLIVEIRA, George Alberto Garcia de. O Emprego do Exército Brasileiro no combate às novas ameaças, com ênfase na luta contra o tráfico de drogas. *Revista de Ciências Militares*, v. 4, n. 1, p. 111-138, maio 2016. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/36074/1/O%20emprego%20do%20Ex%C3%A9rcito%20Brasileiro%20...%20%28por%29_George%20Oliveira.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

ORTEGA, André; MARIN, Pedro. *Carta no coturno*: a volta do partido fardado no Brasil. São Paulo: Baioneta Editora, 2020.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. Guerras de quarta geração ou mais uma falácia travestida de sapiência? In: JOBIM, Nelson A.; ETCHEGOYEN, Sergio W.; ALSINA, João Paulo. *Segurança internacional*: perspectivas brasileiras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 81-96.

PIMENTEL, L. P. G.; ESPÓSITO NETO, T. O estudo da teoria da guerra de quarta geração na segunda guerra do golfo. *Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares*, v. 8, n. 33, p. 175-183, 6 jan. 2014. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/289/518>. Acesso em: 24 jan. 2022.

PORTO, Pedro Augusto Da Cas; CORADINI, Luiz Fernando. O emprego das Forças Armadas no combate ao crime organizado. *Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares*, v. 13, n. 48, p. 267-282, 2019. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/2130>. Acesso em: 23 jan. 2022.

SERRANO, Marcelo O. Lopes. A guerra é filha única. *Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares*, v. 7, n. 28, p. 65-78, 15 jul. 2013. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/290>. Acesso em: 10 jan. 2022.

STEPAN, Alfred. *Os militares*: da abertura à nova república. Tradução de Adriana Lopez e Ana Luíza Amêndola. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TANNO, Grace. A contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. *Contexto Internacional*, v. 25, n. 1, p. 47-80, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cint/v25n1/v25n1a02.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

VISACRO, Alessandro. *Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. São Paulo: Contexto, 2009.

ZÚQUETE, José Pedro. *The identitarians: the movement against globalism and islam in Europe*. Indiana: University of Notre Dame Press, 2018.

Recebido em: 04 set. 2023.

Aceito em: 20 set. 2023.